

As mulheres brasileiras da elite urbana oitocentista através do diário de Maria Graham

Dra. Isabela Candeloro Campoi ¹
(Professora Adjunta da UNESPAR, campus de Paranavaí)

A literatura de viagem era bastante popular no século XIX, tornando-se um gênero literário consagrado pelo mercado editorial. A inglesa Maria Graham já havia publicado escritos das suas experiências na Índia e em Roma antes de escrever e publicar em Londres seu diário sobre o Brasil e o Chile, em 1824. Apesar de a obra original datar do século XIX, a primeira edição em português só saiu no Brasil em 1956.

Filha do oficial naval escocês George Dundas, a menina Maria Dundas cresceu habituada com temas de viagem e aventura. Em 1809, durante viagem em companhia do pai à Índia, apaixonou-se por Thomas Graham, também oficial da Marinha inglesa com quem se casou. Por conta dessa união, quando o marido foi designado para patrulhar os portos na América do Sul, Maria Graham o acompanhou como professora de literatura de uma turma de marinheiros.

Tal missão consistia também em proteger os direitos dos comerciantes ingleses no Brasil, afinal, em 1820 a Revolução liberal do Porto, em Portugal, alertou o governo britânico. De fato, as relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e Inglaterra intensificaram-se principalmente durante a Era Napoleônica. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, a maior e mais importante colônia de Portugal, deu-se sob escolta britânica e, também por isso, a abertura dos portos brasileiros em 1808 e o tratado de comércio de 1810 beneficiaram economicamente os ingleses.

Depois de cerca de 50 dias no mar, com escalas nas ilhas Canárias e Madeira, a fragata *Doris* atingiu o litoral de Pernambuco, onde patriotas contrários ao governo instituído havia se rebelado. Desde a convocação das Cortes Gerais para a elaboração de uma nova constituição portuguesa, a implantação de novas juntas de governo nas províncias do Brasil causou instabilidade e intensa movimentação política, pois era claro o intuito de descentralizar o poder do príncipe regente no Rio de Janeiro.

10.4025/6cih.pphuem.671

Neste ponto, vale lembrar o momento histórico testemunhado por Maria Graham, pois no Brasil desencadeava-se o processo que levou à sua independência política. Até por isso seus escritos são importante obra de referência sobre o período.

Após a transferência da Corte portuguesa, o Brasil, mas principalmente a cidade do Rio de Janeiro, passou por mudanças significativas: as primeiras faculdades foram fundadas, a imprensa foi inaugurada; a presença da elite europeia exigiu a criação de teatros e escolas, implementou-se um mercado editorial e formas de entretenimento sem precedentes até então, afinal, a Corte portuguesa no Brasil foi o primeiro passo para o processo de descolonização, efetivado politicamente em 1822.

Assim, Maria Graham foi mais do que uma mera viajante. Conforme aponta Mary Louise Pratt (1999) os livros de viagem publicados por autores ingleses, auxiliavam na justificativa da expansão do imperialismo na medida em que divulgavam ideias sobre a superioridade intelectual, moral e prática dos ingleses. Podemos dividir seu diário em duas partes: a primeira, quando acompanhou o marido e desembarcou nos portos das províncias onde os ingleses mantinham relações comerciais, convivendo com autoridades inglesas e com a elite local. Na segunda, já viúva, quando se estabeleceu no Rio de Janeiro e teve mais contato social, a ponto de atuar, mesmo por um curto período, como preceptora de D. Maria da Glória, filha mais velha da Imperatriz D. Leopoldina.

Além de escrever sobre seu círculo social, sobre as visitas e os bailes oferecidos pela elite carioca, Graham narrou sobre os usos e costumes da Corte, descreveu paisagens, visitas a usinas de açúcar, mercados de escravos, aldeias indígenas e sua estadia em casa de gente simples. Além de relatar, desenhou e pintou paisagens. Por outro lado, juntamente com relatos pitorescos, Maria Graham recheou seu livro com documentos.

Entretanto, o nosso interesse nos escritos dessa inglesa letrada e bastante dedicada ao seu diário foram as observações e impressões sobre as mulheres brasileiras da elite, inseridas em uma sociedade que se europeizava. Do mesmo modo, Graham era uma voz do imperialismo britânico: tratava a escravidão no Brasil em tom de denúncia, por exemplo. Seus relatos evidenciam as fortes relações

10.4025/6cih.pphuem.671

diplomáticas estabelecidas com os ingleses e tão fundamentais para os destinos do Brasil. Durante a crise política que antecedeu à Independência, o navio inglês foi disponibilizado para receber a família do príncipe regente, caso fosse necessário, de modo que Maria Graham ofereceu e preparou sua própria cabine para a família real em janeiro de 1822. (Graham, 1990, p.227)

No entanto, dois meses depois o navio sob comando de Thomas Graham rumou para o Chile de modo que Maria Graham não estava no Brasil em setembro de 1822. Ela retornaria no ano seguinte após o falecimento do marido durante a viagem ao Chile. Com a morte dele, Maria Graham ficou sob a proteção do oficial escocês Thomas Cochrane, com quem desembarcou novamente no Brasil em março de 1823. Aliás, Lord Cochrane tornou-se o principal mercenário contratado por Dom Pedro I para comandar as forças navais em defesa da Independência do Brasil, atuando principalmente no norte e no nordeste do país.

Foi nesta segunda fase de sua estada no Rio de Janeiro, já dominando melhor a língua portuguesa, que Maria Graham estabeleceu laços sociais mais estáveis. Em sua rotina na cidade do Rio de Janeiro, ela refere-se ao prazer proporcionado pelas visitas rotineiras que passou a fazer à biblioteca Real e deslumbrou-se com o tratamento recebido, já que teve à sua disposição um gabinete fresco com pena, tinta e papel. Nas suas palavras: “Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada.” (Graham, 1990, p.359)

Certamente tal oportunidade não existia para a grande maioria das mulheres da elite brasileira daquele período. A condição de viúva e estrangeira dava à Maria Graham acesso a espaços comumente negados às mulheres brasileiras das classes abastadas.

A sociedade inglesa já havia contemplado o tema do ensino feminino, apesar da limitação dos conteúdos, definidores também da feminilidade, tão importante na educação das jovens abastadas do período vitoriano. Assim, a falta de instrução da elite baiana chamou a atenção de Maria Graham, conforme mostram suas anotações em seu primeiro ano no Brasil:

Encontrei dois ou três homens do mundo bem informados e algumas mulheres vivamente conversáveis, mas ninguém, em nenhum sexo, que me lembrasse os homens e mulheres bem educadas da Europa. Aqui o estado da educação geral é tão baixo que é preciso mais do que o talento comum

10.4025/6cih.pphuem.671

e o desejo de conhecimentos para alcançar um bom nível. (Graham, 1990, p.182)

Levando-se em conta o ponto de vista histórico cultural de Maria Graham e o inevitável confronto com a alteridade, a elite baiana estava abaixo das suas expectativas. Vale lembrar, que diferentemente da América espanhola, onde foram criadas universidades já no primeiro século de colonização, o Brasil só foi contemplado com instituições de ensino superior após a transferência da Corte portuguesa no início do século XIX. No entanto, em uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcado, apenas em 1879 a legislação garantiu o acesso feminino ao ensino superior no Brasil. E mesmo assim, apenas oito anos depois a primeira médica formou-se pela faculdade de Medicina da Bahia (Hahner, 2003).

Em sua passagem por Salvador Graham incomoda-se com a forma despojada como ela e a filha do cônsul britânico foram recebidas por mulheres da elite baiana. O trecho pitoresco reflete suas expectativas:

(...) dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho. (Graham, 1990, p.168-169)

Suas observações refletem as expectativas da indumentária e da moda europeias. Os padrões estéticos ingleses permeavam seu olhar. Com tom desgostoso e certa intolerância diante dos assuntos banais tratados na conversa, que seguramente foi intermediada por Miss Pannell, ela escreveu sobre as senhoras que a recebeu: “Casam-se muito cedo e em breve perdem a frescura. Não vi hoje uma só mulher toleravelmente bela. Mas quem poderá resistir à violenta deformação como a que o sujo e o desleixo exercem sobre uma mulher?” (Graham, 1990, p.169)

De fato, é recorrente entre os estrangeiros que escreveram sobre o Brasil do século XIX o espanto em relação a pouca idade das meninas casadoiras, além da grande diferença de idade entre as noivas e seus pretendentes. (Quintaneiro, 1996)

10.4025/6cih.pphuem.671

Ainda na capital baiana, diferentemente do que as inglesas haviam encontrado no espaço doméstico, dias depois, em uma reunião social oferecida na casa do cônsul britânico, Graham observou:

Nas mulheres bem vestidas que vi à noite tive grande dificuldade em reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia. As senhoras estavam todas vestidas à moda francesa: corpete, fichu, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de jóias. As inglesas, porém, ainda que quase de segunda categoria, ou mesmo, da nobreza colonial, arrebatarem o prêmio de beleza e da graça, porque afinal os vestuários ainda que elegantes, quando não usados habitualmente, não fazem senão embaraçar e estorvar os movimentos espontâneos (...) (Graham, 190, p. 175-176)

Mesmo que determinadas vestimentas (a indumentária francesa, no caso) funcionassem como símbolo de civilidade ou mesmo fator de identidade de classe, a maneira de portá-las ou a falta de refinamento em seu uso, esboçavam diferenças, segundo Maria Graham. Em sua observação, ela apontou a distinção das inglesas pelo viés da elegância, fator que as diferenciou das brasileiras.

Na primeira fase da sua viagem, curiosa, Graham visitou pela primeira vez a casa de uma família portuguesa em Pernambuco. No que diz respeito às regras de etiqueta, ela observou o modo como foi recebida: “O ar e as maneiras da família que visitamos, ainda que não fossem ingleses nem franceses, eram de perfeita educação, e os vestidos mais belos que da Europa civilizada.” (Graham, 1990, p.159)

Em sua dimensão cultural, mesmo fora dos padrões que considerava civilizados, a maneira de receber das portuguesas estava adequada às regras de boa educação, ou seja, em acordo com os arquétipos do comportamento burguês, digna de sua admiração.

No que tange aos costumes, algumas passagens do diário de Maria Graham fazem referência aos hábitos sociais ligados ao casamento. Na passagem por Pernambuco, ela escreveu que “Os portugueses europeus ficam extremamente ansiosos por evitar o casamento com os naturais do Brasil e preferem antes dar suas filhas e fortunas ao mais humilde caixeiro de nascimento europeu do que aos

mais ricos e meritórios brasileiros.” (Graham, 1990, p.157) Também em Pernambuco Graham afirma ter aprendido:

[...] pela observação [...] que os jovens pernambucanos são tão destros no uso de sinais como os próprios amantes turcos, e que frequentemente um namoro é mantido desta maneira, e termina em casamento sem que as partes tenham sequer ouvido as respectivas vozes. Contudo o hábito comum é combinarem os pais as bodas dos filhos sem levar em linha de conta senão a conveniência financeira. (Graham, 1990, p.142)

Aliás, os namoros e a seleção dos parceiros refletiam o poder da família patriarcal. Os acordos matrimoniais em obediência aos interesses familiares foram observados por Graham entre as famílias abastadas, como é o caso do trecho escrito em abril de 1823:

As ligações de família são aqui uma beleza; são tão estreitas e íntimas como as de um clã da Escócia. Mas têm o seu lado mau nos constantes casamentos entre parentes próximos como tios com sobrinhos, tias com sobrinhas, etc., de modo que os casamentos em vez de alargar as ligações, difundir a propriedade e produzir maiores relações gerais no país, parecem estreitá-las, acumular fortunas e concentrar todas as afeições num círculo fechado e egoísta. (Graham, 1990, p.273)

Inevitavelmente a narrativa de Graham está permeada do recurso comparativo, seja aproximando ou divergindo da realidade encontrada. No que tange às relações amorosas, a Inglaterra daquele período já contemplava a livre escolha do cônjuge, ao menos nas áreas em processo de urbanização. A comparação com um clã escocês explicita a posição de Maria Graham dentro de um sistema de referências culturais. A viajante, diante do outro, se depara com evidências de sua própria identidade, estabelecendo comparações, divergindo ou aproximando-se da realidade encontrada.

Neste ponto, a historiadora Joan Scott (1996) chama atenção para a importância de elementos como classe social e raça/etnia no que diz respeito aos estudos que se valem do gênero como ferramenta de análise histórica. Entre as famílias abastadas da sociedade patriarcal brasileira, os casamentos arranjados tinham a prerrogativa de manter o *status social* e a concentração dos bens. Mais integrada ao círculo social da elite oitocentista, Graham admira-se ao testemunhar um caso em que o matrimônio:

10.4025/6cih.pphuem.671

[...] foi daqueles em que o senhor todo poderoso nestas coisas, isto é, Cupido, teve maior papel do que geralmente se lhe permite no Brasil, mesmos depois da Independência. Estou contente com isso. Certamente que a livre escolha em um assunto tão importante é tão desejável como em qualquer outro. [...] até aqui, o verdadeiro amor não tem autorização para correr livremente [...]. Na verdade, talvez não tenha havido até agora refinamento bastante para florescer o delicado e metafísico amor da Europa, que, por ser mais racional e mais nobre que todos os outros, é menos facilmente desviado para outros canais. (Graham, 1990, p.264-265)

Os comentários acima acentuam ideias ligadas aos padrões de comportamento burgueses, num contexto marcado pelo Romantismo europeu. No Brasil Maria Graham confronta os códigos de conduta da elite a partir da sua realidade e do modelo de comportamento que se forjava na Europa. A herança ibérica católica somada aos interesses materiais da elite local chocava-se com o modelo de comportamento matrimonial que se tramava na sociedade europeia.

Durante a segunda fase no Rio de Janeiro, capital do Império, a visita feita a casa de “uma senhora brasileira muito agradável”, expressa a expectativa de Maria Graham quanto ao papel das mulheres de seu círculo social:

(...) vi, pela primeira vez na minha vida uma vulgar bas bleu da terra, na pessoa de D. Maria Clara: lê bastante, especialmente filosofia e política; é passável botânica e pinta flores extremamente bem. (...) é um elemento útil na sociedade, que sem se fazer mal, ou aos outros, faz circular as necessárias novidades literárias. (...) sem pretender muito mais do que é devido ao sexo, sua ação pode produzir alguma influência, ainda que reduzida às ocupações e divertimentos da casa. A mulher que prefere os livros às cartas ou aos escândalos domésticos, em seu círculo de amizades, é capaz de promover uma cultura mais difundida, e um gosto mais refinado na sociedade a que pertence. (Graham, 1990, p.367-368) (Grifos meus)

Sua admiração por D. Maria Clara se dá pelo fato da brasileira dedicar-se aos livros e instruir-se, mesmo que seja uma dedicação voltada para o âmbito doméstico. De modo geral, no decorrer do século XIX, a instrução feminina implementada pelas elites, estava ligada ao exercício do papel tradicionalmente estabelecido às mulheres, ou seja, a função de esposas e mães. E tal ideia era compartilhada pela inglesa Maria Graham, que elogiava as famílias que se adequavam ao modelo europeu de refinamento e cultura.

Apenas após a vinda da Corte portuguesa que a imprensa foi inaugurada no Brasil. Com a circulação de matérias impressos, o país passou a ter efetivamente um

10.4025/6cih.pphuem.671

mercado editorial; as salas de leitura, as reuniões públicas, os salões da elite letrada incrementaram a entrada de ideias modernas e liberais no Brasil.

Da mesma forma, foi a partir da presença da Corte no Rio de Janeiro, com o incremento da vida nos salões, que é possível perceber mudanças significativas na educação das meninas da elite. Além do canto, da dança e da música, o estudo do francês e da literatura instruíam as jovens para o mundo dos eventos sociais. As jovens mulheres precisavam ostentar habilidades ligadas às regras de etiqueta e às artes recreativas, cumprindo o papel social de colaboradoras dos pais, maridos ou irmãos para a inserção ou permanência nos círculos da alta sociedade urbana. Elas eram incumbidas de atuar no âmbito privado, na arte de bem-receber.

Assim, inserida nos círculos das elites urbanas, a inglesa Maria Graham testemunhou o processo de modernização iniciado no Brasil a partir do século XIX. No que diz respeito ao papel social das mulheres abastadas, ela observou algumas mudanças, mas não tão significativas ou fora dos padrões do que aquela sociedade patriarcal esperava das mulheres.

Miriam Moreira Leite argumenta que na visão dos viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil na primeira metade do século XIX, a reclusão das mulheres brasileiras era uma característica específica da população ibero-americana. Entretanto, ao analisar os relatos das viajantes, a autora constatou que seus escritos revelam o entendimento de que o espaço social da mulher era construído por recintos abrigados ou internos e que a abertura do espaço público, quando ocorre, era feita sempre através da mediação masculina.

Na verdade, embora tenham transposto os padrões impostos pela sociedade global e pela família consanguínea, realizando a viagem (o distanciamento) e escrevendo os livros (transpondo os umbrais do isolamento familiar), as autoras incorporaram esses padrões, tanto que os trazem implícitos, em seus textos. (Leite, 1981, p. 239)

Assim, a limitação das mulheres de elite ao domínio privado não era um padrão de comportamento peculiar à Colônia escravista em processo de europeização, mas uma estruturação de relações interpessoais, estabelecida de diferentes maneiras e em situações diversas.

No caso de Maria Graham, ela veio à América do Sul acompanhada do marido. Com a morte dele no Chile, ficou sob a proteção de Thomas Cochrane, personagem que teve atuação importante nas guerras pela Independência. Primeiro como esposa, depois viúva, sua presença nos trópicos esteve mediada por figuras masculinas. E quando isso não acontecia, ela própria observava-se em situações, que por estar sozinha, não lhe eram adequadas. Um exemplo foi o cortejo que se seguiu à cerimônia matinal na capela real, quando do aniversário de D. Pedro I em 1823. “Assim é que compareci ao cortejo a que, afinal, não deveria ter ido, por estar sozinha, se não fosse a isso levada pela maneira amável com que Suas Majestades Imperiais me saudaram, tanto na capela como no corredor que conduz aos apartamentos reais.” (Graham, 1990, p. 378)

Assim, ao analisarmos os relatos de Maria Graham e na medida em que ela expressa juízos de valor e expectativas, no que diz respeito às mulheres brasileiras da elite, percebemos que a inglesa expressa as mesmas prerrogativas, as quais estavam em consonância com o que ela esperava das mulheres inglesas.

Referências:

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HARNER, June. E. **A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2003.

LEITE, Miriam Moreira L. Espaço feminino (1800-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, 1980-1981, tomo III.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX**. Petrópolis, Vozes, 1996.

10.4025/6cih.pphuem.671

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **SOS CORPO: gênero e cidadania**. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 3a edição. Recife, abril de 1996.

¹ Professora Adjunta do Colegiado do Curso de História e do PPIFOR (Mestrado em Formação Docente Interdisciplinar) na Unespar (Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí). Pesquisadora associada ao NUPECH- UFF (Núcleo de Pesquisas em História Cultural, Universidade Federal Fluminense). Esta pesquisa contou com a colaboração da acadêmica do terceiro ano do curso de História Camila Assis Lemes, bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação Araucária.